

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

CAPÍTULO I DA NATUREZA, DA SEDE E DA FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, fundação pública vinculada ao Ministério do Turismo, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, especialmente no que diz respeito à divulgação e ao culto da obra e vida de Rui Barbosa.

Art. 2º A FCRB tem as seguintes competências:

- I - promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
- II - manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa acessíveis ao uso e à consulta públicos;
- III - promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;
- IV - promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos ou outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa;
- V - colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;
- VI - colaborar, quando solicitada, com os entes federativos e, mediante convênio ou acordo, prestar os serviços pertinentes às suas atividades; e
- VII - celebrar o Dia de Rui Barbosa em 5 de novembro.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - órgão colegiado: Conselho Consultivo;
- II - órgãos seccionais:
 - a) Procuradoria Federal;
 - b) Auditoria Interna; e
 - c) Coordenação-Geral de Administração; e
- III - órgãos específicos singulares:
 - a) Centro de Pesquisa; e
 - b) Centro de Memória e Informação.

CAPÍTULO III DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 4º A FCRB é dirigida por um Presidente, que é assistido pelo Conselho Consultivo.

§ 1º O Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma estabelecida no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

§ 2º O Auditor-Chefe será indicado na forma estabelecida no § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 5º O Conselho Consultivo é composto pelos seguintes representantes:

- I - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- II - um da Academia Brasileira de Letras;
- III - um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- IV - um do Instituto dos Advogados Brasileiros; e
- V - oito da sociedade, que tenham contribuído de forma relevante para a cultura nacional, com mandato de três anos, permitida uma recondução.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo de que tratam os incisos I a IV do **caput** serão indicados pelos titulares das entidades que representam.

§ 2º Os membros do Conselho Consultivo serão designados por meio de ato do Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

§ 3º Cada membro do Conselho Consultivo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 4º Na hipótese de vacância:

- I - dos membros de que tratam os incisos I a IV do **caput**, os respectivos órgãos ou entidades indicarão novos representantes; ou
- II - dos membros de que trata o inciso V do **caput**, será designado novo membro para completar o mandato de seu antecessor.

§ 5º A participação no Conselho Consultivo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º O Conselho Consultivo se reunirá e deliberará na forma a ser estabelecida em seu regimento interno.

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I Do órgão colegiado

Art. 7º Ao Conselho Consultivo compete:

- I - aprovar as diretrizes e as estratégias da FCRB propostas por seu Presidente;
- II - assistir o Presidente na gestão das ações institucionais; e
- III - apreciar outros assuntos que lhes sejam submetidos pelo Presidente da FCRB ou pelo seu Diretor-Executivo.

Seção II
Dos órgãos seccionais

Art. 8º À Procuradoria Federal junto à FCRB, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

- I - representar judicial e extrajudicialmente a FCRB, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
- II - orientar a execução da representação judicial da FCRB, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
- III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da FCRB, observado o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e da certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FCRB, para a inscrição em dívida ativa e a cobrança;
- V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e
- VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 9º À Auditoria Interna compete:

- I - proceder ao controle interno, fiscalizar e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da FCRB;
 - II - assessorar o Presidente no cumprimento dos objetivos institucionais da FCRB, prioritariamente na supervisão e no controle interno administrativo;
 - III - realizar auditorias e emitir relatório sobre a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, relativamente aos programas e às ações sob responsabilidade da FCRB;
 - IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da FCRB e sobre as tomadas de contas especiais;
 - V - editar as normas e estabelecer as diretrizes da área de auditoria, em conjunto com as demais unidades da FCRB;
 - VI - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; e
 - VII - elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.
- Art. 10. À Coordenação-Geral de Administração compete coordenar, executar, propor a edição de normas, controlar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com os Sistemas de:
- I - Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sispr;
 - II - Administração Financeira Federal - Siafi;
 - III - Contabilidade Federal;
 - IV - Gestão de Documentos de Arquivo - Siga;
 - V - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal -Siorg;
 - VI - Pessoal Civil da Administração Federal - Sipecc;
 - VII - Planejamento e Orçamento Federal; e
 - VIII - Serviços Gerais - Sigs.

Seção III
Dos órgãos específicos singulares

Art. 11. Ao Centro de Pesquisa compete:

- I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução de atividades referentes a estudos e pesquisas ruianas, de políticas culturais, de história, de direito, de política, de literatura e de filologia;
 - II - contribuir para a expansão e a consolidação do desenvolvimento da pesquisa básica no País, em sua área de atuação;
 - III - coordenar a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa, de acordo com o plano aprovado pelo Decreto-Lei nº 3.668, de 30 de setembro de 1941, e de outras obras pertinentes à sua atividade de pesquisa; e
 - IV - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural em sua área de atuação.
- Art. 12. Ao Centro de Memória e Informação compete:
- I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades de gerência dos bens culturais pertencentes à FCRB, com vistas a assegurar sua expansão, sua guarda, sua preservação, seu tratamento técnico, sua divulgação e seu acesso;
 - II - estabelecer, no âmbito de sua competência, métodos e procedimentos para a gestão, em especial os relacionados às ações de preservação e restauração, com vistas a assegurar as referências técnicas e tecnológicas a partir de suas iniciativas, dos seguintes acervos patrimoniais:
 - a) museológico;
 - b) arquivístico;
 - c) bibliográfico;
 - d) arquitetônico; e
 - e) ambiental;
 - III - promover estudos, pesquisas, assessoramento, consultorias e eventos científicos e culturais sobre análise, guarda, preservação e divulgação de bens culturais patrimoniais, no âmbito de sua competência; e
 - IV - desenvolver ações para a promoção do acesso, a divulgação e o compartilhamento dos bens culturais sob sua guarda.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 13. Ao Presidente da FCRB incumbe:

- I - representar a FCRB;
- II - planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da FCRB;
- III - firmar, em nome da FCRB, acordos de cooperação técnica, acordos judiciais e extrajudiciais, contratos, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, ajustes, termos de ajustamento de conduta e instrumentos similares;
- IV - ratificar os atos de dispensa ou de declaração de inexigibilidade de licitações, nas hipóteses previstas em lei;
- V - ordenar despesas; e
- VI - editar atos normativos internos e zelar pelo seu fiel cumprimento.

- § 1º O Presidente da FCRB será assessorado, nas ações de gestão, pelo Comitê Interno de Governança.
 - § 2º O Comitê Interno de Governança, colegiado de assessoramento, será organizado e terá as competências estabelecidas em ato do Presidente do FCRB.
- Art. 14. Ao Diretor-Executivo incumbe:
- I - auxiliar o Presidente da FCRB na implementação das atividades de competência da FCRB;
 - II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e do plano de ação da FCRB; e
 - III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente da FCRB.
- Art. 15. Aos Diretores do Centro de Pesquisa e do Centro de Memória e Informação, ao Coordenador-Geral de Administração, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades afetas às suas respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente da FCRB ou pelo seu regimento interno.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - FCRB:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	1	Presidente	CCE 1.17
	1	Diretor-Executivo	CCE 1.15
	1	Assistente	FCE 2.08
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	1	Assistente	CCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	FCE 1.13
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCE 1.13
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Serviço	2	Chefe	CCE 1.05
Serviço	3	Chefe	FCE 1.05
CENTRO DE PESQUISA	1	Diretor	CCE 1.13
Serviço	2	Chefe	CCE 1.05
Serviço	4	Chefe	FCE 1.05
CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.13
Divisão	2	Chefe	CCE 1.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FCRB:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	0	0,00
DAS 101.5	5,04	1	5,04	0	0,00
DAS 101.4	3,84	3	11,52	0	0,00
DAS 101.2	1,27	3	3,81	0	0,00
DAS 101.1	1,00	5	5,00	0	0,00
DAS 102.2	1,27	1	1,27	0	0,00
CCE 1.17	6,27	0	0,00	1	6,27
CCE 1.15	5,04	0	0,00	1	5,04
CCE 1.13	3,84	0	0,00	2	7,68
CCE 1.07	1,39	0	0,00	3	4,17
CCE 1.05	1,00	0	0,00	5	5,00
CCE 2.07	1,39	0	0,00	1	1,39
SUBTOTAL 1		14	32,91	13	29,55
FCPE 101.4	2,30	2	4,60	0	0,00
FCPE 101.2	0,76	1	0,76	0	0,00
FCPE 101.1	0,60	9	5,40	0	0,00
FCE 1.13	2,30	0	0,00	3	6,90
FCE 1.07	0,83	0	0,00	1	0,83
FCE 1.05	0,60	0	0,00	9	5,40
FCE 2.08	0,96	0	0,00	1	0,96
FCE 2.02	0,21	0	0,00	3	0,63
SUBTOTAL 2		12	10,76	17	14,72
FG-1	0,20	3	0,60	0	0,00
SUBTOTAL 3		3	0,60	0	0,00
TOTAL		29	44,27	30	44,27

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DE FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE, DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG, DE CARGOS COMMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - FCRB PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA FCRB PARA A SEGES/ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	1	5,04
DAS 101.4	3,84	3	11,52
DAS 101.2	1,27	3	3,81
DAS 101.1	1,00	5	5,00
DAS 102.2	1,27	1	1,27
SUBTOTAL 1		14	32,91
FCPE 101.4	2,30	2	4,60
FCPE 101.2	0,76	1	0,76
FCPE 101.1	0,60	9	5,40
SUBTOTAL 2		12	10,76
FG-1	0,20	3	0,60
SUBTOTAL 3		3	0,60
TOTAL		29	44,27

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A FCRB:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA A FCRB	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.17	6,27	1	6,27
CCE 1.15	5,04	1	5,04
CCE 1.13	3,84	2	7,68
CCE 1.07	1,39	3	4,17
CCE 1.05	1,00	5	5,00
CCE 2.07	1,39	1	1,39
SUBTOTAL 1		13	29,55
FCE 1.13	2,30	3	6,90
FCE 1.07	0,83	1	0,83
FCE 1.05	0,60	9	5,40
FCE 2.08	0,96	1	0,96
FCE 2.02	0,21	3	0,63
SUBTOTAL 2		17	14,72
TOTAL		30	44,27

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, DAS FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-17	6,27	-	-	1	6,27	1	6,27
CCE-15	5,04	-	-	1	5,04	1	5,04
CCE-13	3,84	-	-	2	7,68	2	7,68
CCE-7	1,39	-	-	4	5,56	4	5,56
CCE-5	1,00	-	-	5	5,00	5	5,00
DAS-6	6,27	1	6,27	-	-	-1	-6,27
DAS-5	5,04	1	5,04	-	-	-1	-5,04
DAS-4	3,84	3	11,52	-	-	-3	-11,52
DAS-2	1,27	4	5,08	-	-	-4	-5,08
DAS-1	1,00	5	5,00	-	-	-5	-5,00
FCE-13	2,30	-	-	3	6,90	3	6,90
FCE-8	0,96	-	-	1	0,96	1	0,96
FCE-7	0,83	-	-	1	0,83	1	0,83
FCE-5	0,60	-	-	9	5,40	9	5,40
FCE-2	0,21	-	-	3	0,63	3	0,63
FCPE-4	2,30	2	4,60	-	-	-2	-4,60
FCPE-2	0,76	1	0,76	-	-	-1	-0,76
FCPE-1	0,60	9	5,40	-	-	-9	-5,40
FG-1	0,20	3	0,60	-	-	-3	-0,60
TOTAL		29	44,27	30	44,27	1	0,00